

Projeto Operário, Projeto de Operários

Michel Agier

Orstom

Nadya Araújo Castro

Universidade Federal da Bahia

RESUMO: Os autores discutem três questões: (i) como se estruturam trajetórias individuais em um contexto de forte mobilidade social; (ii) qual o fundamento da heterogeneidade das formas de entrada numa nova coletividade industrial; (iii) que disposições diferentes explicam que trabalhadores de uma mesma coletividade elaborem projetos individuais ou projetos coletivos. Essas questões são tratadas à luz do caso dos trabalhadores das novas indústrias de bens intermediários implantadas a partir do eixo petróleo e petroquímica na Bahia. São analisadas trajetórias de trabalhadores situados em posições significativas e diferenciadas tanto na hierarquia profissional das empresas, quanto no grau de engajamento político e sindical.

PALAVRAS-CHAVE: trabalhador, trabalho industrial, trajetórias sociais, família.

Tempo social e tempos individuais

Neste texto procuramos compreender como se estruturam as trajetórias individuais em um contexto de intensa mobilidade social. Qual o princípio da heterogeneidade das formas de ingresso numa nova coletividade industrial? Que disposições distintas explicam que num mesmo grupo social trabalhadores elaborem projetos individuais – projetos operários –, ou coletivos – um projeto operário?

Analisaremos esta questão à luz de uma situação empírica particular, a das modernas indústrias de bens intermediários implantadas no Nordeste brasileiro, focalizadas aqui por meio de seu eixo mais dinâmico, o das indústrias de petróleo e petroquímica na Bahia. A partir de um intenso desenvolvimento industrial induzido, ali tiveram lugar, entre os anos 50 e 80, importantes mudanças no âmbito do mercado de trabalho e das relações profissionais, de um modo mais amplo, nas estruturas e representações sociais (Castro, 1990).

Entre 1955 e 1980, três grandes ondas de investimentos reconfiguraram o cenário sócio-econômico local. Na segunda metade dos anos 50, iniciou-se a exploração e refino de petróleo, atividade que sentou as bases para todo o crescimento posterior. Escala de produção, natureza do processo produtivo e estilo de gestão do trabalho particularizam a tal ponto a estatal do petróleo que seus trabalhadores, embora numericamente pouco significativos, passaram a formar um contingente especialíssimo nos mercados de trabalho e de consumo.

Dez anos depois, na segunda metade dos 60, outras importantes inversões privadas, estimuladas por incentivos fiscais e financeiros do Estado, constituíram uma segunda onda industrializante, na qual grandes capitais nacionais se desconcentraram espacialmente. Em torno da produção de bens intermediários, ampliou-se novamente o contingente operário absorvido, então, nas modernas indústrias metalúrgicas e químicas.

Finalmente, passada mais de uma década, a partir do fim dos anos 70, começaram a entrar em operação as plantas industriais componen-

tes do Complexo Petroquímico de Camaçari, segundo pólo da petroquímica brasileira e principal complexo integrado dentre os três nacionais, por sua capacidade produtiva, sua modernização tecnológica e pelo número de trabalhadores empregados.

Ao fim deste percurso, a rápida industrialização de ponta havia criado cerca de 80 mil novos empregos industriais na região metropolitana de Salvador, cifra que se reduziu sensivelmente no curso dos dois períodos mais recentes de recessão econômica, na primeira metade dos anos 80 e início dos 90.

Nesse movimento, o sistema de valores relativo ao trabalho industrial, ao saber profissional e à mobilidade social foi igualmente transformado. O horizonte de possibilidades abertas a cada percurso individual se redefiniu. O universo dos projetos idealizados passou a incorporar novos elementos produzidos pelas ideologias do “futuro”, do “novo”, da tecnicidade, que se tornaram prevaletentes (Guimarães e Agier, 1989; Guimarães e Castro, 1988 e 1990; Oliveira, 1987).

A importância e a rapidez dessas mudanças nos convidam a refletir sobre a relação entre tempo social e tempo individual na formação de uma identidade operária entre os jovens dessa nova geração de trabalhadores.¹

Nascidos entre meados dos anos 40 e dos 60, os novos assalariados da indústria baiana cresceram e elaboraram seus projetos pessoais num tempo social cujas rápidas e profundas mudanças acabamos de referir. Nele, na medida em que se tornava dominante, na economia local e no mercado de trabalho, o novo sistema industrial (petróleo, petroquímico, químico, químico-têxtil, metalúrgico) passou a estar no centro das representações profissionais, individuais e coletivas. Por sua modernidade tecnológica, pelo nível de renda relativamente alto que permitia alcançar, pela maior estabilidade no emprego de seus trabalhadores, pelo fato de ser um caminho seguro para a obtenção de direitos sociais dificilmente acessíveis aos assalariados de setores mais tradicionais, o novo setor industrial se impôs como o alvo natural dos

projetos pessoais – de trabalho e de vida – construídos nos meios sociais situados entre o pauperismo e a pequena classe média.

Se o tempo social provê os condicionantes elementares que alimentarão os projetos pessoais, ele provê também as condições de possibilidades para transformar projetos em realidade (Jelin, 1974 e 1976). Vários elementos fazem a mediação entre os projetos pessoais e as trajetórias reais. O mais visível dentre eles é o sistema de regras de recrutamento de um setor que não apenas necessita ser fortemente seletivo (em virtude do perfil do trabalhador requerido por seu processo produtivo), mas que pode sê-lo dada a ampla oferta de força de trabalho disponível no mercado do local. O nível escolar geralmente exigido para os empregos operários especializados (2º grau) torna difícil o acesso dos indivíduos situados nos estratos inferiores da sociedade a uma condição social e profissional por eles valorizada (Barros, 1984; Almeida, 1988).

Por outro lado, os caminhos que levam à nova “coletividade industrial” das indústrias de processo são, por isso mesmo, os mais variados. Há caminhos rápidos e diretos, para quem cumpre com os requisitos. Mas há também caminhos paralelos e indiretos, que permitem chegar nessas indústrias, ou mesmo conseguir um posto de trabalho valorizado, sem os requisitos formais necessários (Agier, 1990). Em que medida esses percursos levam não só ao emprego nas empresas dinâmicas, mas também à formação de uma nova identidade operária?

Para recompor os diferentes percursos individuais e evidenciar seus variados desfechos no que se refere à construção de identidades sociais, procuramos analisar trajetórias de trabalhadores situados em posições distintas e significativas. Diferenciadas tanto do ponto de vista da hierarquia profissional no contexto fabril quanto do ponto de vista do grau de engajamento político e sindical.

Inicialmente, apresentamos e analisamos três trajetórias de trabalhadores comuns e, em seguida, três outras de assalariados que se tornaram líderes sindicais. A partir delas, procuramos comparar estes dois

grupos, distintos pela natureza de seu engajamento político em torno de uma "identidade operária".

A ordem de representação desses seis estudos de caso pretende evidenciar uma sucessão significativa de situações-tipo. Esta progressão se refere à amplitude das *disposições* adquiridas e mobilizadas pelos indivíduos na construção de suas atitudes e projetos atuais, estejam eles centrados sobre o universo pessoal (ego e seu fundo familiar), sobre a identidade coletiva (a classe operária e sua intervenção política), ou ainda sobre a relação prática entre esses dois sistemas de referência.

Para melhor diferenciar os casos apresentados, pode-se decompor o conjunto dessas disposições em duas grandes categorias: aquelas relativas à elaboração mental de *horizontes* sociais e profissionais possíveis, e aquelas relativas aos *meios* de toda ordem e a sua distância em face dos horizontes que eles pretendem forjar e transformar (meios financeiros; formação escolar e técnica; experiência política e outras formas de capital cultural; inserção social e vida relacional etc.).

O salário e a profissão: dilema de identidade

Os trabalhadores que chegaram à indústria de ponta por meio de trajetórias mais ou menos complexas e rápidas ingressaram numa coletividade industrial que desenvolve, *para todos*, uma cultura de valorização (simbólica e financeira) do saber especializado, do diploma, e da "profissão" (Guimarães e Agier, 1989). Entretanto, a lógica dos percursos familiares e individuais nem sempre se define por uma identificação com a profissão.

Quando se apresentam no novo mercado do trabalho industrial, os indivíduos são dotados de valores (em relação ao trabalho, ao saber profissional e ao dinheiro) e de meios de barganha (formação escolar, diplomas, capital cultural etc.), construídos no âmbito e pela atuação dos grupos familiares de origem. Pessoas oriundas de famílias pobres, ou em processo de saída da pobreza, e outras oriundas de famílias já

estabilizadas na pequena classe média, ou em processo de ascensão social, adaptaram-se de modos diferenciados aos requisitos e à vivência do novo trabalho industrial, visto disporem de capitais – escolar, social e cultural – também diferentes.

A variedade e a complexidade desses percursos profissionais remetem à diversidade das trajetórias sociais dos grupos familiares, das quais os caminhos individuais atuais são apenas os últimos momentos.

A socialização dos trabalhadores que estudamos aqui se fez, em geral, em famílias que apresentavam uma relativa estabilidade. Geralmente compostas por um casal e seus filhos, completaram sem ruptura um ciclo familiar, apesar de vários casos de pessoas criadas na família de um irmão ou de uma irmã, após morte ou separação dos pais. Por outro lado, os empregos dos pais e responsáveis eram geralmente estáveis: freqüentemente assalariados eram, via de regra, funcionários de nível médio ou inferior dos serviços públicos (prefeitura, correios, serviço de água, polícia), ou operários, às vezes qualificados, das indústrias tradicionais (construção civil, têxtil, alimentícia, mecânica, elétrica).

Trata-se, então, de trabalhadores que nem são provenientes da mais profunda miséria urbana, nem tampouco se socializaram “na rua” e entre seus “perigos”. Contudo, o nível pouco elevado da renda dos pais e o grande tamanho das famílias de origem cultivaram a consciência de pertencer ao “povo”, à base da pirâmide social.

Apesar da relativa homogeneidade das condições sociais das famílias de origem, que oscilam entre a pobreza e a pequena classe média, há nuances importantes. A possibilidade, ou não, de uma escolarização completa (2º grau), preliminar à entrada no mercado de trabalho, depende da regularidade da renda dos pais e do valor por eles atribuído à escola. A inculcação, pelos meios familiares, de valores referidos ao trabalho varia em função da trajetória profissional do pai (ou responsável) e de outros membros da família (irmãos mais velhos, por exemplo) e suas eventuais profissionalizações. Dessa maneira, o horizonte

dos projetos profissionais ambicionados pelos indivíduos se forma a partir de outros projetos já pensados e/ou experimentados tanto no ambiente de socialização (sair da pobreza, manter-se na pequena classe média, ascender etc.), quanto a partir de representações nascidas nas relações sociais verticais, vividas pelos membros da família, no trabalho ou fora dele.

Nos três casos apresentados em seguida, buscamos compreender a forma *global* sob a qual se expressam as problemáticas individuais relativas ao trabalho. As histórias de vida que servem de base à análise abordam os vários componentes da história e do status de cada pessoa focalizada: estrutura familiar de integração e posição do sujeito nas relações familiares, condições de socialização e herança socio-cultural recebida, experiência profissional e saber (profissional e social) adquiridos, representações do sujeito relativas a sua posição social e profissional atual.

Além da diversidade das histórias familiares, os três casos se referem a pessoas com níveis de inserção na coletividade industrial. Por inserção entendemos tanto as maneiras mais ou menos conformes de entrada no ramo, a estabilidade e o nível de qualificação (atual e admissional), quanto o modo pelo qual o próprio sujeito elabora a relação entre seu status social e sua posição profissional.

Enfim, pode-se interpretar essas trajetórias em função de dois eixos que as diferenciam de modo mais evidente. Um primeiro as organiza em torno do salário; um segundo as estrutura (ou reestrutura) em torno da profissão.

Edilson: as ambições limitadas de um percurso trabalhoso

Edilson nasceu em 1954. Seu pai começou a vida profissional como saveirista, fazendo o transporte de pequenas cargas entre Salvador e

a vizinha ilha de Itaparica, onde nasceu. Instalou-se na cidade depois de conhecer sua mulher. O casal teve oito filhos. Depois de saveirista, o pai veio a trabalhar numa fábrica de beneficiamento de cacau, na antiga área industrial da cidade. Esse período é relembrado por Edilson:

Na época, ele dizia, ele tinha mania de dizer muito assim: “Ah! Vocês têm mania de escolher comida, mas vocês não vêem o que eu passo por lá. Eu carrego é saco de seis quilos na cabeça, o cara aí vai, joga lá no caminhão”. Eu me lembro bem que ele dizia muito isso. Ele trabalhava muito de turno. Era dois turnos. Era um de manhã e outro de tarde. Eu me lembro que ele dizia muito: “Ah! Chega cansado, querendo descansar, vocês não deixam, ficam fazendo zoada”. Era coisa de menino. Na época, oito filhos dentro de uma casa, tinha dois quartos, cozinha, banheiro, sala e corredor. Não é graça um negócio desse, você criar oito filhos aí dentro?

Ao aposentar-se, o pai de Edilson era despachante na mesma fábrica. Sua mãe nunca teve emprego fora de casa.

Edilson começou a trabalhar aos 19 anos, tão logo acabou o ginásio. Um vizinho, com quem ele já trabalhara de “biscate” enquanto estudava, lhe “arranjou” um emprego de office-boy no escritório de uma empresa de construção civil. Pouco a pouco, ele se qualifica; no fim de três anos, torna-se auxiliar de serviço financeiro. Terminado o contrato, volta a estar sem emprego. Trabalha, então, algumas semanas como ajudante de almoxarifado na empresa onde seu pai estava empregado.

Sai de lá aos 23 anos, quando um outro conhecido (o marido de uma assistente social do bairro), chefe de divisão de uma empresa do Pólo, o leva para fazer vários testes para admissão. Não tendo o nível secundário completo, ele é admitido como auxiliar de serviço geral. Após nove meses ele vai para o serviço de manutenção. Depois de quatro anos, pede demissão dessa empresa.

Dois motivos o levam a se demitir: 1) por várias vezes se aborrecera com seu supervisor hierárquico imediato; 2) recebera uma propos-

ta de um amigo do bairro (um “engenheiro”) para ser seu sócio num pequeno negócio de construção civil (prestação de serviços para a empresa pública de telefone). O dinheiro de indenização de sua demissão lhe permitiria entrar no negócio.

Ele trabalha quase dois anos nessa empresa. Mas não recebe os lucros que esperava e se desentende com o sócio. Recorre, então, a sua experiência de trabalho no Pólo e “espalha” seu curriculum vitae por várias empresas de Camaçari. Tem então 28 anos de idade.

Recebe resposta de uma dessas empresas (químico-têxtil), passa nos testes de admissão e consegue o apoio de um conhecido, que o ajuda a ser selecionado. É, então, recrutado como operador de processo auxiliar. Um ano mais tarde, tenta um concurso interno e, apesar de não ter o nível secundário completo, ascende para operador de processo I. Há seis anos neste cargo, ganha atualmente oito salários mínimos. Casou-se três anos depois de ser admitido nesta última empresa e tem agora dois filhos.

A visão que Edilson tem hoje de sua trajetória e de suas possibilidades futuras não valoriza sua posição de trabalhador no Pólo, mas antes o padrão de consumo e o estilo de vida que essa condição profissional veio a lhe possibilitar. No seu horizonte está a preocupação em maximizar o capital (social e cultural) acumulado pela família, investindo na melhoria da vida dos filhos:

Para eu ter uma promoção, precisa sair alguém [...] Até hoje, não pinteou uma oportunidade ainda [...] Mas na função que você está, você passa a ganhar mais [...] [ele se refere aos aumentos devidos à “equiparação salarial” obtida pelos trabalhadores do Pólo, tanto quanto aos “aumentos do governo”, aos “aumentos do sindicato” e aos adicionais de turno e periculosidade]. Minha ambição não pára aí não. Eu tenho vontade de trabalhar numa empresa maior, você tem mais. O padrão de vida seu sobe mais, melhora... Porque se você não pensar em ganhar mais, não é ambicioso, não vai dar educação boa a a seus filhos. Você não vai dar também uma alimentação adequada, não posso dar conforto, não vai dar nada.

No bairro onde reside, Edilson está cercado por amigos e familiares (pais, sogros, irmãs e cunhados). Essa rede de relações interferiu em todos os seus projetos profissionais, como se se repetisse sempre o mesmo procedimento básico: do bairro à empresa. Por outro lado, ele demonstra pouco apego a seu universo de trabalho, ao ambiente social da fábrica, à empresa ou ao sindicato. Por isso mesmo, Edilson pensa insistentemente em deixar sua condição de operário e planeja:

Daqui a mais uns cinco anos, estourando dez anos, dar o meu grito de liberdade. Viver independente, talvez nem voltar a trabalhar mais para ninguém, porque já [no Pólo] não é coisa boa, a gente ganha bem, mas não é boa coisa.

Pouco importa que já tenha tentado (em vão) dar esse “grito de liberdade” sete anos antes. Naquela oportunidade, saíra do Pólo para arriscar-se num negócio para o qual não tinha a capacidade de barganha para fazer face a um sócio mais competente. Essa experiência da independência “não deu certo” e ele se viu forçado a procurar novamente um emprego no Pólo.

O salário que Edilson recebe hoje é maior e mais regular que o de seus irmãos e irmãs. Ele é o único a trabalhar na indústria: um irmão é escriturário numa agência imobiliária; outro é bancário desempregado; dois, mais novos, estudam; uma irmã é recepcionista numa clínica, e outra, casada, não trabalha fora. Nessas condições, é seu o status do mais bem-sucedido da família.

Edilson mora a alguns metros da casa paterna, que reformou quando saiu dali para casar. A imagem do pai – “cansado de carregar sacos na cabeça”, ou saindo do trabalho braçal para um cargo comercial, sem requisito de formação, na mesma empresa – circunscreve a própria ambição de Edilson. Sua referência ao trabalho se baseia, por isso mesmo, no esforço físico e no desgaste a ele associados. Essa referência legitima *a posteriori* seu nível escolar insuficiente. Pode também explicar a falta de estímulo do ambiente familiar para que fosse mais longe na escolarização.

Sua representação do trabalho não coincide com a que se valoriza no Pólo, fundada no conhecimento técnico sancionado por um diploma; sua experiência (pessoal e familiar) o levou a relevar o esforço e a aprendizagem no trabalho. Por isso mesmo, sua trajetória e posição atual têm no salário a fonte de legitimação. Daí porque sua ambição se resume a transferir-se de empresa, em busca de alguma outra que lhe pague melhor pelo mesmo tipo de trabalho. Além, é claro, de sonhar com um futuro desligado da condição de assalariado.

Percursos laboriosos, projetos limitados, centrados no universo familiar e residencial, a trajetória de Edilson tem como eixo a questão da "sobrevivência", carecendo de referentes positivos em seu universo de trabalho. É por relação a seu status familiar e a suas relações comunitárias que ele elabora para si a identidade de assalariado.

Paulo: ganhos e perdas de um filho de criação

O caso de Paulo permite observar como a mudança do eixo norteador da trajetória (do salário à profissão) pode se apresentar no contexto de uma mesma história de vida. No seu caso, é necessário levar em conta as desigualdades internas ao universo familiar, de modo a compreender uma certa inadequação expressa entre o horizonte e os meios que definem sua trajetória profissional.

Depois da separação dos pais, Paulo (nascido em 1959) passou a viver na casa da irmã, fruto de uma união anterior de seu pai; tinha, então, apenas 3 anos. Sua irmã era casada com um funcionário do Exército, a quem Paulo ainda hoje chama de "pai" ou "cunhado". Foi ele quem o iniciou na vida profissional, aos 18 anos, logo depois de Paulo completar o 1º grau. Começou trabalhando como auxiliar de escritório na Cooperativa Habitacional do Exército.

Paulo inicia então um percurso profissional na função não especializada de auxiliar de escritório, passando por quatro empresas ao longo de quatro anos. Tendo trabalhado primeiramente na cooperativa do

Exército, deixa esse emprego quando um amigo o convida para se empregar numa corretora de imóveis. Ali, passa a receber quase o dobro do salário anterior; entretanto, é transferido para uma outra empresa do grupo, uma revendedora de carros, da qual pede demissão por não obter um salário correspondente ao trabalho mais diversificado que passa a desempenhar.

Nesse ínterim, freqüentara os dois primeiros anos do 2º grau, com especialização em eletricidade, curso que abandona quando, após o pedido de demissão, se vê sem trabalho.

Permanece, então, um ano desempregado, sustentado por sua irmã e cunhado (sua “família de adoção”). Eles exercem forte pressão para que procure um novo emprego (“quando chegava em casa, era aquela zoada: ‘Não quer nada, não sei o quê, vai procurar emprego’”). Entretanto, só encontra trabalho de auxiliar de escritório, desta vez numa empresa de transporte e, ainda assim, sujeitando-se a um salário menor que o precedente.

Paulo trabalha apenas quatro meses nesse escritório, saindo ao receber chamado de uma empresa do Centro Industrial de Aratu (movimentação de produtos químicos), onde tinha feito um teste usando os conhecimentos que adquirira no curso de 2º grau inacabado de eletricitista.

Os quatro anos subseqüentes serão decisivos: acontecem simultaneamente várias mudanças em sua trajetória, dando-lhe um “sentido”. Ao ingressar como ajudante de operação nessa empresa, com 22 anos incompletos, ele já era noivo; um ano depois, se casa; três meses depois, ascende a operador I (após curso de especialização na empresa); logo em seguida sai da casa de sua família de criação; nascem dois filhos. Com 26 anos ele passa para operador II, função na qual está agora, com 29 anos.

Na descrição de sua rápida trajetória profissional na indústria, Paulo lança mão de formas discursivas que ordenam suas lembranças numa escala de representações das funções por ele desempenhadas que o leva

da referência à condição social para a referência à posição social, indo do trabalho mais braçal (ajudante de operação) ao mais próximo da polivalência dos qualificados (operador II). Assim, enquanto o ajudante de operação “só trabalha nas carretas, carrega, descarrega e carrega”, o operador I faz um pouco de tudo (“transferências de tanque”, “cálculos”, “limpeza de linha”, “leituras de compressores”, “e uma outra série de coisinhas”); já o operador II está situado mais perto da coordenação polivalente e qualificada, entre a execução e o controle:

Operador II é mais para coordenar o serviço [...] organizar, mandar o pessoal fazer; sempre coordenando o operador I. Mas, de vez em quando, quando o negócio tá mesmo pegando, o operador I mete a mão. O operador II já fica com dois cargos de igual responsabilidade: da área, e também na sala, para ajudar o operador-chefe.

Paulo vê no horizonte poucas possibilidades de ascensão; só lhe resta agora o cargo de operador-chefe. Por isso mesmo, dá importância à reorganização da carreira, que seria possível pela inclusão da empresa em que trabalha no ramo das indústrias químicas, o que, ademais, levaria a que seus trabalhadores fossem representados pelo forte Sindicato dos Químicos e Petroquímicos (atualmente, são filiados ao Sindicato dos Arrumadores). Paulo participou de várias ações sindicais com esse objetivo. Vista sua posição social atual e seus investimentos profissionais na carreira de operador, pode-se dizer que Paulo “perdeu” quatro anos em seus sucessivos empregos como auxiliar de escritório. Esses anos de trabalho deixaram inalterados o volume e a composição do capital (social, cultural e simbólico) de que dispunha no momento de seu ingresso no mercado de trabalho. Frente a eles, os primeiros meses no Pólo foram de uma eficácia incomparável, maximizando os investimentos de sua trajetória.

Mas eles foram igualmente proveitosos para que Paulo constituísse meios suplementares (como formação escolar e profissional), malgrado os horizontes oferecidos por seu universo familiar, que o queria tornar um trabalhador assalariado, o mais rápido possível. Esses meios,

pessoalmente adquiridos, seriam maximizados no curso de sua trajetória industrial. Mas é na consideração de sua peculiar posição no grupo familiar que podemos encontrar a chave para decifrar essa relação particular entre a perspectiva familiarmente almejada para sua trajetória e o desvio produzido por Paulo ao criar novos meios.

A posição de “filho de criação” propiciou a Paulo o meio familiar estável, que ele não encontraria em seus genitores; seu pai biológico teve três uniões, das quais nasceram onze filhos, sem jamais haver assumido o papel de chefe de família permanente em nenhuma delas; ao contrário, chegou mesmo a viver alguns anos como dependente da mesma casa que Paulo.

Entretanto, essa posição de filho de criação conferiu a Paulo um status que o diferenciou de um filho legal, biológico ou não. Sim, porque ele foi filho de criação e não filho adotivo, o que manteve uma posição familiar sempre frágil. Isto porque a criação de filhos nascidos fora da família nuclear é considerada, nos meios populares, como uma “ajuda”, um “socorro” ou uma “caridade”, seja ela dirigida a parentes, afilhados ou vizinhos. Trata-se de dar um teto e um ambiente familiar a quem não os tem; não se trata de investir num descendente – que carrega o nome e o status da família.

Por este caminho, Paulo seguramente escapou de uma possível marginalização; todavia, não chegou a vivenciar todas as vantagens da socialização numa família de pequena classe média. Isto explica por que o empenho da família de adoção lhe permitiu alguma escolarização, conquanto isto não a impedisse de retirá-lo da escola (logo ao fim do 1º grau) para encaminhá-lo no mercado de trabalho. Note-se, ademais, o significativo retardo escolar de Paulo: ele conclui o 1º grau com quatro anos de atraso, quando já completara 18 anos.

Por outro lado, se é certo que a família de adoção o iniciou na vida profissional, é igualmente verdadeiro que todo o percurso subsequente resultou de seus próprios esforços e contatos, dos investimentos que ele próprio fez na constituição de uma rede de relações que, ao modo

de um escasso mas eficiente capital social, o realocizava no mundo do trabalho, na busca de melhor posição. Por outro lado, ao tempo em que trabalhava, elegendo a profissionalização em eletricidade, esta, conquanto inconclusa, foi seu passaporte para o acesso ao Pólo Petroquímico.

No momento em que, noivo, projeta formar sua própria família, Paulo vê-se diante da oportunidade de alcançar um dos empregos valorizados na cidade; faltavam-lhe, porém, alguns dos requisitos necessários ao emprego qualificado. Sua estratégia de profissionalização orienta-se, então, por três objetivos principais: 1) manter-se na empresa; 2) minimizar o risco, sempre presente, de perder seu emprego (ele alude a isso várias vezes em suas falas); e 3) buscar a progressão funcional individual, empenhando-se na luta pela classificação da empresa como pertencente ao ramo químico, o que lhe permitiria dar andamento à sua carreira, já agora como trabalhador do Pólo, mesmo partindo de uma qualificação apenas parcialmente alcançada.

Toda a estratégia de Paulo parece consistir, assim, em tentar reduzir o hiato existente entre um horizonte social, concebido numa família de pequena classe média, e os meios para atingi-lo, limitados por seu status inferior no grupo familiar. Isto se traduz na luta individual, limitada, conquanto direcionada, que é um elemento imprescindível ao entendimento do curso da trajetória e da problemática pessoal de Paulo. Sua participação nas lutas sindicais da empresa constitui, sob esse ponto de vista, um meio adicional pelo qual procura aproximar-se do horizonte social correspondente às representações modernas da mobilidade social na Bahia. Participação instrumental, diretamente ligada aos projetos e dificuldades de sua trajetória pessoal, esse seu engajamento não se traduz numa militância exacerbada nem, tampouco, numa adesão ao discurso político-ideológico do sindicato. Tudo é virtual, em latência, e na expectativa de uma presença sindical mais importante, como ele próprio formula ao se lastimar da fragilidade do sindicato de sua empresa. Esse caráter se torna ainda mais visível por

contraste com uma outra trajetória que veremos adiante, a de Francisco (líder sindical de empresa), em muitos pontos comparável à problemática de horizonte e meios vivida por Paulo.

Enquanto no caso precedente Edilson circunscrevia suas ambições às de seu progenitor, limitando-se a garantir as condições materiais de suas realizações futuras, Paulo reorienta o curso de sua trajetória. Centrada no salário, pela intervenção de sua família de origem, ele lhe dá novo rumo em direção à profissionalização, sem que isso se torne em nenhum momento inconsistente com os valores que lhe haviam sido inculcados por esta mesma família de origem.

Carlos: do pai operário-padrão ao filho operário-padrão

Carlos tem a mesma idade que Edilson (nasceu em 1954). A análise de sua trajetória nos permite abordar uma terceira situação-tipo: a de um “técnico”, completamente “formado” e consciente do valor dessa condição. Em suas primeiras palavras, logo no contato inicial, falando de seu emprego atual, enfatizou: “sou um técnico”, “tenho oito anos de formado”, “meu forte ultimamente está sendo instrumentação”.

Aos 33 anos já tinha uma carreira, iniciada oito anos antes: primeiro, como instrumentista numa empresa química (um ano e meio); logo, como desenhista de instrumentação numa petroquímica (seis anos, dois em empreiteiras e quatro contratado); e, por fim, como projetista de instrumentação numa empresa de engenharia, prestando serviço a uma importante indústria química (sete meses).

Nascido e criado numa família de nove filhos, matrimonial e residencialmente estável, Carlos cresceu num contexto familiar em que a mobilidade ascendente estava ligada aos ganhos da qualificação operária.

O pai de Carlos trabalhou como eletromecânico em várias empresas de manutenção de elevadores, mantendo ainda laços estreitos com

seu último patrão (vive, agora, numa casa alugada a esse ex-patrão, em que pese ser proprietário de uma casa alugada num outro local do bairro). Com base na experiência pessoal como trabalhador especializado, o pai de Carlos montou sua própria empresa de manutenção de elevadores; empresa pequena, na qual Carlos (enquanto estudava o 2º grau) “deu uma força”, aprendendo dessa forma datilografia. Dois irmãos de Carlos são “sócios” do pai: um é eletromecânico e o outro (que tem também um emprego de segurança industrial) trabalha na parte administrativa.

Quando completa o 2º grau (com 21 anos), Carlos tenta o vestibular, mas não passa. Emprega-se, então (porque “eu não tava a fim de ficar em casa parado”), durante pouco menos de dois anos, como auxiliar de escritório numa empresa de transporte de cargas: arquivo, estatística, datilografia, “essa coisa toda, serviço burocrático, que abusa o juízo da gente”.

Nesse ínterim, passa no exame de ingresso à Escola Técnica Federal; deixa, então, seu primeiro emprego e volta a estudar, morando na casa paterna. Segue o curso de Instrumentação Industrial, “porque eu achei que era um troço novo”.

Enquanto faz esse curso (dois anos), tem um filho com sua namorada (“a gente morava praticamente defronte um do outro”). Isso faz com que Carlos procure logo um emprego, ainda sem concluir o curso, o que consegue, antes mesmo de fazer o estágio da escola técnica.

Passa a trabalhar, então, como instrumentista I numa indústria química. Durante os oito anos seguintes, ele ficaria desempregado só por três meses. Isto não significa, entretanto, que não tenha mudado de emprego várias vezes. Carlos trabalhou em três empresas; em duas delas, ingressou por meio de prestadoras de serviços. Na penúltima, depois de período de trabalho como subcontratado, foi efetivado como desenhista. Após quatro anos, desligou-se da empresa para ingressar numa firma de prestação de serviços no Pólo, que lhe dava o título de

“projetista de instrumentação”. Agora, nessa função, ele examina outras propostas profissionais:

Eu ainda não tomei a minha decisão, porque eu não contatei com o chefe lá. Sei lá, depois de bater um papo com ele, talvez ele me leve a alguém que tenha um cargo além do dele. É uma proposta para trabalhar no Pólo Petroquímico, quem sabe até de autônomo, mas é uma proposta que vale a pena se pensar.

Entre os sete irmãos empregados, há dois operadores de processo no Pólo, um outro que trabalha na área de Segurança Industrial (que também ajuda na empresa familiar), um eletromecânico, como o pai (e que também trabalha com este), além de dois professores (um homem e uma mulher) e um enfermeiro. Somente uma oitava irmã, casada, não tem emprego.

Esse caso nos parece característico de um percurso familiar adequado às mudanças da economia local. A trajetória da família de Carlos deu-lhe ao mesmo tempo as referências da qualificação e da ascensão social – o horizonte e os meios. Passando de assalariado a pequeno patrão, a partir de uma valorização da qualificação, a trajetória de seu pai ensejou um processo familiar de mobilidade social que Carlos, de certa forma, prolonga, partindo de um nível de formação e de estatuto profissional um pouco mais alto.

Essa mobilidade profissional se desenvolve sem rupturas no contexto de vida pessoal, familiar e urbana. Sendo assim, trabalhar como qualificado na indústria passa, então, a ser como um traço da família que, para Carlos, apenas assume várias formas, de acordo com as circunstâncias do mercado de trabalho.

Entretanto, por ter recebido (da família e da escola) a consciência da relação moderna entre o saber, a profissão e a carreira, sua estratégia profissional se concentra na conquista dos “bons” títulos (passando de “instrumentista” a “desenhista de instrumentação” e, depois, a “projetista de instrumentação”). Desse modo, ampliou significativamente seu capital simbólico, em comparação com seu meio social de origem.

Curiosamente, essa mobilidade profissional se dá numa situação de pouca mudança em seu quadro profissional de vida. Ele reside no mesmo bairro de sua infância e a alguns metros da casa de seus pais, onde morou (da adolescência até os 24 anos) e conheceu sua esposa. Enfim, seu sonho de autonomia profissional (discretamente expresso em meio a uma reflexão sobre uma nova proposta de trabalho) se sustenta ainda em sua história familiar.

Comparada aos dois casos precedentes, a trajetória de Carlos sobressai por ter na profissão, e não no salário, o seu eixo ordenador. Essa distinção entre o salário e a profissão permite caracterizar a articulação entre os percursos individuais e a história social das famílias de origem.

Com efeito, os três casos analisados até aqui parecem sugerir que, quanto mais pobre e frágil o meio de socialização – seja em termos de posição da família no mercado de trabalho, seja do ponto de vista da preparação subjetiva para o trabalho industrial moderno –, mais as escolhas individuais parecem privilegiar a busca do salário sem que, na organização da trajetória, o sujeito possa exercer maior controle sobre a natureza das oportunidades ocupacionais assumidas (é o caso evidenciado por Edilson).

Vemos, ao contrário, que os indivíduos chegam logo (caso de Carlos) ou mais rapidamente (caso de Paulo) a centrar sua trajetória na busca ou na valorização de uma profissão quando (por sua própria experiência ou pela história da família de origem): 1) a produção da sobrevivência imediata parece razoavelmente assegurada, e 2) adquiriram uma familiarização pessoal com o trabalho qualificado. Essa familiarização, somada aos valores do saber como necessidade e da ascensão social como possibilidade (tal como aparecem no caso de Carlos), adapta o indivíduo à principal característica da divisão do trabalho e da identificação dos trabalhadores nas novas indústrias de processo: a necessidade do saber teórico no trabalho operacional. É a partir dessa relação forte, que faz o saber (socialmente reconhecido)

um elemento constitutivo do próprio trabalho, que se define a identidade profissional desses trabalhadores.

Duas questões se colocam a partir daí. Em primeiro lugar, a identidade profissional, construída no curso dessas trajetórias individuais, é condição necessária para que se possa legitimamente “falar em nome de” um coletivo de trabalhadores? Em segundo lugar, que relação existirá entre o sonho individual de autonomia, de saída da condição operária – de realização pouco provável (conquanto freqüente nas falas de numerosos trabalhadores, como Edilson e Carlos) – e o discurso político-sindical, que formula um projeto de saída da condição operária?

Líderes sindicais: o coletivo e o individual na organização dos destinos pessoais

Analisando trajetórias de vida de trabalhadores não engajados politicamente, vimos como a construção de uma identidade operária parece supor pelo menos duas precondições: a ultrapassagem de níveis mínimos de sobrevivência e a exigência de uma estratégia profissional, que se desenvolve com facilidade uma vez alcançada alguma estabilidade. Na ausência desses fundamentos, parece mais difícil consolidar uma identidade operária que se expresse na militância e na passagem a uma lógica de percurso que privilegia a ação coletiva.

As trajetórias de militantes e dirigentes sindicais remetem aos mesmos determinantes. Mas, aqui, a determinação assume conotação diversa. Três trajetórias de líderes apontam em mais detalhe para essas especificidades.

Essas trajetórias serão analisadas segundo dois pontos de vista. Inicialmente, procuramos identificar seus fundamentos e refletir sobre a diferença entre o percurso que valoriza a profissão, a carreira e o êxito, por um lado, e outro em que a precedência cabe à ação, à luta pelo que se entende como direito coletivo. Serão eles alternativos? Que fatores, passados e presentes, fundamentam as disposições para esco-

lhas conducentes ao segundo tipo de disposições? Como o componente individual penetra trajetórias que se auto-representam como coletivamente orientadas?

Isso posto, discutiremos os horizontes que transparecem nas representações do presente e do futuro formuladas por esses trabalhadores. Elas apontam para a consecução de um projeto operário? Qual o conteúdo deste? Em que se diferencia do projeto de futuro dos trabalhadores não militantes? Quais as tensões internas eventualmente existentes entre as aspirações políticas e os efeitos resultantes das expectativas de comportamento, associadas às diferentes posições e papéis pessoais imiscuídos no curso da vida dos que formulam estes projetos?

As trajetórias selecionadas buscam, tanto quanto nos casos anteriores, caracterizar situações-tipo. Reunimos casos que nos permitem acompanhar percursos de lideranças que guardam entre si similitudes e diferenças. Em comum, têm principalmente o fato de se tratar de jovens operários, num momento significativo de sua experiência de trabalho fabril, no mais moderno complexo industrial local. Mas, a juventude não os diferencia da média; ao contrário, os aproxima dos demais trabalhadores da petroquímica.

Vários traços, entretanto, especificam seus percursos, diferenciando-os. Buscamos representar situações em que variasse a abrangência da liderança: desde o dirigente que está se profissionalizando na atividade sindical (e que exerce sua atividade política tendo a categoria como referente) até as lideranças de fábrica cuja atividade política se exercita em escala bem mais modesta. Buscamos, também, recolher situações em que diferentes vivências ocupacionais pudessem ter sido experimentadas: operador de processo, analista de laboratório, trabalhador na manutenção. Finalmente, procuramos representar, entre os casos selecionados, os efeitos da diferença de gênero. A análise da trajetória e das representações de uma mulher militante pode evidenciar com maior nitidez as tensões entre representações e expectativas associadas a papéis e relações sociais do gênero. Essas expectativas são tão impor-

tantes quanto as representações políticas para formar a base sobre a qual se constroem as trajetórias.

Assim concebido, o estudo comparativo das lideranças permite reconstruir trajetórias que não apenas levaram a uma nova e valorizada condição ocupacional (o emprego na indústria dinâmica), mas que forjaram o discurso de uma nova identidade social (a identidade operária).

Com efeito, o discurso dos líderes torna mais visível a construção de um projeto operário. Mas, nosso interesse está também em revelar o líder como sujeito de um percurso e de um discurso *pessoais*, fazendo dele uma fonte de informações sobre si mesmo, e não tanto sobre os outros. Mesmo quando ele próprio se posiciona como sujeito que fala “em nome de” ou “sobre” os trabalhadores que “representa” e “dirige”, a singularidade de seu percurso, desviante do ordinário, nos permitirá concentrar a análise sobre as diferentes modalidades de elaboração de um projeto operário.

Maria: uma estratégia profissional gestada desde o berço?

Maria nasceu em 1955 e é analista de laboratório no Pólo Petroquímico de Camaçari. Tem curso técnico completo e chegou a iniciar um curso superior de Química, abandonado em virtude da dificuldade de conciliá-lo com o horário de trabalho, além de nesse mesmo ano ter nascido sua única filha. Seu pai aposentou-se como coronel do Corpo de Bombeiros; ele chegou a iniciar um curso universitário de jornalismo, que abandonou. A mãe, doméstica, tem primeiro grau incompleto. Maria tem cinco irmãos, dos quais quatro ingressaram na universidade, tendo três deles logrado diplomar-se; o mais moço cursa medicina.

Durante seus vinte primeiros anos, a família de origem residiu num antigo bairro de classe média, em companhia de tios-avós maternos, em casa herdada do avô, ferroviário. O padrão de vida era bom até o início dos anos 70, quando as coisas se tornaram difíceis e a família

experimentou uma mobilidade residencial descendente, passando a morar em área de invasores pauperizados.

Entre 1962 e 1974, Maria cursa diferentes escolas públicas, muitas das quais, entretanto, socialmente reconhecidas, especialmente aquela em que obteve sua formação técnica.

Seus onze anos de experiência profissional se desenvolveram em empresas petroquímicas, nove dos quais numa mesma fábrica. Casou-se, pela primeira vez, ao concluir o curso técnico e iniciar o estágio no Pólo. Com o primeiro casamento e a contratação, após o estágio, ocorreu importante mobilidade residencial ascensional.

Entre 1977 e 1979 dois fatos foram marcantes: ingressou na empresa em que trabalharia por nove anos e onde se destacaria como ativista, e descasou-se. Em 1983 voltou a se casar, desta vez com um operador petroquímico, também ativista, casado anteriormente e pai de um filho; nessa época experimentou outra importante mobilidade residencial, que deslocou a nova família para um bairro de classe média ascendente.

Maria parece figurar um caso típico de proveniência de uma família estabilizada, que lhe garantiu uma escolarização regular. O trabalho somente aparece como uma necessidade quando a formação escolar básica (2º grau) já se completou. Dois elementos balizam as possibilidades de seu percurso. Em primeiro lugar, um patamar de renda que permite isentar membros da família do ingresso precoce no mercado de trabalho. De fato, para segmentos da antiga classe média local, como é o caso do meio social de origem de Maria, o resquício da estabilidade financeira ainda existente, se não coloca a escola privada ou o estudo universitário como alternativas plausíveis, ainda permite complementar a escolarização em instituições valorizadas pelo mercado dos técnicos da moderna indústria.

O segundo elemento a embasar a trajetória de Maria advém dos valores vigentes em seu meio social. O valor conferido à educação como um passaporte necessário à ascensão leva a que as famílias almejem garantir a máxima permanência do indivíduo na escola, possibilitando o

posterior ingresso num mercado competitivo em melhores condições, por já estar tecnicamente formado. Isto requer uma estabilidade financeira do grupo doméstico que lhe permita postergar a obtenção dos rendimentos complementares do trabalho precoce dos filhos.

Por outro lado, a condição de mulher propiciou a Maria manter-se na escola por um tempo maior que seus irmãos. De modo geral, na Bahia e no Brasil, os níveis de escolarização são mais elevados entre mulheres que entre homens. O papel destas na divisão sexual do trabalho lhes permite desde cedo contribuir para a organização da vida e da reprodução familiar; sua contribuição consiste no trabalho doméstico, o que as dispensa de uma inserção precoce no mercado, obstáculo usual à escolarização mais prolongada.

Maria apresentava, desde cedo, uma atitude participativa: como estudante, no grêmio da escola; como adolescente num grande centro urbano, na associação de bairro da qual participavam ativamente seus tios-avós. Dos pais, aprendeu o discurso “antiamericanista”. No trabalho, sua veia rebelde já se revela desde o primeiro emprego: ainda estudante e sequiosa por terminar a faculdade, lança um movimento na empresa pelo direito das mulheres ao trabalho em regime de turno, o que não era formalmente admitido. Começava, assim, a construir a imagem de uma mulher que, como ela mesma diz, “reclamava de tudo”. Pouco depois, assume a liderança de um movimento de pressão junto à gerência contra certos aspectos do fardamento de trabalho:

Ora, as mulheres não tinham necessidade de usar umas botas tão pesadas [...] Fomos, então, falar com o médico da empresa, fizemos com que pesasse as botas, lhe falamos dos nossos problemas de varizes, e coisas assim.

Anos mais tarde, os analistas de laboratório obtiveram o direito de utilizar um outro tipo de calçado, contanto que eles próprios os comprassem. Mas a gerência já havia sido vencida, pois as botas pouco a pouco cediam lugar a sapatos mais leves e adequados ao ideal de feminilidade das analistas.

Logo este seu perfil de rebeldia atrairia a atenção dos dirigentes do sindicato. Desde 1979, contatada por um ativista sindical, ela decidiu, sem hesitar, aderir à militância. Entretanto, sua participação se limitava à freqüência às reuniões e atividades do sindicato. Nessas reuniões forma seu grupo de amigos; ali conhece seu segundo companheiro.

Para Maria, a militância sindical fê-la amadurecer, mudando sua forma de perceber as relações familiares e de se engajar na vida comunitária.

A trajetória de Maria revela duas fortes determinações para sua posição atual. Por um lado, as atitudes políticas de sua família – a propensão de seus tios-avós a participar, e a dos próprios pais a um discurso de oposição – e sua experiência do ativismo estudantil estruturaram um comportamento determinado e rebelde. Por outro, sua condição feminina lhe abriu possibilidades (um percurso escolar mais estável), mas estabeleceu limites à trajetória de militante. Casamento, filho e vida doméstica levam-na a se restringir a uma atitude de militante, permeável ao discurso e práticas sindicais e dos partidos de esquerda, mas impossibilitada de profissionalizar-se como uma dirigente sindical.

Francisco: uma família sólida num mercado de trabalho instável

Francisco nasceu no interior da Bahia, em 1956, mas desde os 7 anos migrou para Salvador. Sua família era formada pelo pai (motorista profissional), mãe (dona de casa) e cinco irmãos (dentre oito nascidos). A família, humilde, morava na casa de taipa num bairro popular. Pai e mãe sequer lograram completar estudos primários.

Desde cedo, Francisco precisou trabalhar. A família sempre desempenhou papel decisivo em sua inserção no trabalho por meio de contatos do pai (diretos ou via seus chefes), ou de outros parentes. Até ingressar no Pólo, em 1977, experimentou dez anos de trabalho instável, convivendo com diferentes situações ocupacionais (ajudante de mecânico, jornaleiro, porteiro, auxiliar de escritório). Nesse período conse-

guiu cursar até o 2º grau, que concluiu em 1976, num percurso escolar que, embora continuado, foi bastante irregular e em escolas deficientes. Em 1977, ingressou por concurso numa empresa petroquímica como operador, após treinamento específico na Petrobrás. Passou então a experimentar sensível mobilidade residencial, deslocando-se de bairros caracteristicamente populares para áreas de classe média.

Entre 1977 e 1984, avançou na carreira de operador, passando de estagiário até operador II. Em 1981 iniciou sua militância política na fábrica, o que deixava apreensiva sua família de origem (para a qual ele era imprescindível), tanto quanto sua primeira esposa. Demitido em 1984 por participar em uma greve de fábrica, teve sua recontração negociada pelo movimento sindical e viabilizada em outra empresa petroquímica. Em 1985, foi demitido do novo emprego, na esteira da repressão à greve geral do Pólo.

Casou-se duas vezes, a última das quais, em 1983, com uma trabalhadora petroquímica que conheceu na militância sindical. Tem um filho do seu primeiro casamento. Contribui para a manutenção da família atual, da família constituída quando da primeira união conjugal e da família paterna.

Após duas demissões, encontrava-se trabalhando como autônomo (taxista) no momento da entrevista.

Francisco provém de um meio social menos estável do que o de Maria. A maior facilidade para sua inserção no mercado de trabalho não advém de uma longa ou bem cuidada formação educacional. Ao contrário, sua vida escolar é bastante instável; são freqüentes as transferências, quase sempre entre estabelecimentos de duvidosa qualidade; há, inclusive, breves períodos de ausência da escola.

Isto significa que a família deixa de ter um papel decisivo na mediação de sua entrada e permanência no mundo do trabalho? De modo algum. Na busca de condições mínimas de sobrevivência, Francisco não tem que começar pelos patamares mais baixos. A família de origem, impossibilitada de legar-lhe um capital cultural que legitimasse

sua posição de ingresso no mercado, intervém por meio de uma rede de contatos e relações previamente construída por outros da mesma geração, ou por gerações anteriores. Particularmente a atividade profissional paterna e sua credibilidade num mercado restrito de relações viabilizam a inserção de Francisco no trabalho.

Seu primeiro emprego mais importante (como auxiliar de mecânico) é obtido por recomendação do chefe de seu pai; trabalhara antes numa banca de revistas, também por intermediação paterna; sua contratação como funcionário administrativo num hospital de porte deveu-se aos contatos de um tio. Todas essas funções foram desempenhadas na adolescência, complementando o orçamento familiar, ao tempo em que cumpria sua formação escolar. Ao ingressar no 2º grau num curso de técnico em contabilidade, tinha emprego mais regular como auxiliar de escritório num hospital. Diplomado como contabilista, iniciou o curso de formação de operadores, que reorientou definitivamente sua trajetória.

Desse modo, a rede de relações familiares tornaria mais fácil o percurso até alcançar o equilíbrio salarial requerido por uma trajetória profissionalmente orientada. Conquanto pouco estável financeiramente, a família persegue o valor da educação como eixo na socialização de seus descendentes. Francisco, apesar de todas as intempéries, busca, na maior parte do tempo, combinar a instabilidade dos vínculos de trabalho com a formação educacional continuada, malgrado o percurso escolar tortuoso.

Essas características aproximam a trajetória de Francisco das de Edilson e Paulo, apresentadas na primeira parte do texto. Contudo, que experiências o fazem um militante, uma liderança na fábrica?

Francisco refere que, em sua família de origem, socializou-se num clima difusamente oposicionista; nos tempos duros da ditadura era comum que seus parentes votassem em candidatos contrários ao regime. Contudo, sua própria experiência organizativa não foi além da participação em grupos de jovens criados pela paróquia, de natureza progressista.

Foi a vivência do cotidiano fabril que o despertou para o ativismo. Um indicativo disso é a forma como, em seu discurso, representa as

razões para a participação num primeiro movimento, ocorrido na fábrica em 1981. Ainda como operador de campo, no início de sua carreira profissional, sensibilizou-se com a política de substituição de pessoal fundada em critérios de apadrinhamento das chefias. Essa política, em nome da crise recessiva, privava do emprego profissionais reconhecidos e sub-repticiamente protegia afilhados, graciosamente contratados. Sua participação no movimento o destaca entre os trabalhadores, atraindo para si a atenção do pessoal do sindicato. Participa, então, da campanha eleitoral de 1982 e, já freqüentando o sindicato, conhece sua segunda mulher. Esta, mais experiente – na petroquímica e no movimento, lhe dá ainda maior estímulo para o exercício da liderança no contexto fabril.

Esse percurso ilustra como múltiplos determinantes contextualizam as escolhas de Francisco: estabilidade salarial, credibilidade profissional numa carreira em processo, mas também experiência de socialização política e contribuição do ambiente familiar ou dos grupos de convivência. Não podemos, entretanto, perder a perspectiva de que escolhas subjetivas têm lugar nesse espaço estruturado; assim sendo, esses determinantes foram, a um só tempo, meios que ele seletivamente mobiliza para, pouco a pouco, configurar o curso de sua trajetória, reorientando-a. Ao fazê-lo, desloca-se o eixo do percurso: o horizonte individual de mobilidade social cede lugar a um projeto coletivo de luta por direitos operários. No caso específico de Francisco, este deslocamento tem um efeito perverso, na medida em que tem por resultado a interrupção do processo individual de mobilidade ascensional e a perda, pela demissão, de uma posição ocupacional socialmente valorizada. O mesmo não se verá no caso seguinte.

Júlio: a socialização na convivência com o risco

Júlio não é baiano; provém de um estado vizinho, onde nasceu em 1954. Mais velho dentre dezesseis irmãos, seu pai era filho de um rico fazendeiro, mas perdeu no jogo toda a herança recebida. Como co-

merciante, motorista de caminhão ou trabalhador metalúrgico seu pai procurara fazer face à incerteza que provocava na vida doméstica a cada vez que voltava a perder no jogo as economias familiares.

Sucessivas mudanças de residência, nessa vida instável, levaram Júlio a freqüentar nove diferentes escolas até os 13 anos. A partir dos 14, inicia um percurso regular de formação técnica. Sua experiência de trabalho restringe-se a ajudar a sobrevivência familiar nos momentos críticos vendendo doces e bolos preparados pela mãe, até os 18 anos, quando inicia sua vida profissional como estagiário na mesma indústria metalúrgica onde trabalha seu pai; a partir de então, emprega-se como trabalhador qualificado em diferentes indústrias: metalúrgica, celulose, petroquímica e química. Em todas elas, mantém intensa atividade político-sindical.

Em sua trajetória, destaca, ainda, a militância em grupo cultural de jovens, que valoriza como decisiva para sua formação político-intelectual e aspirações pessoais.

No momento da entrevista, Júlio era dirigente do sindicato e cursava a universidade. Tinha dois filhos e estava recém-divorciado de uma profissional liberal.

Sua trajetória ilustra uma outra forma pela qual o meio familiar pode mediatizar a inserção no mundo do trabalho. Aqui não se trata, como no caso de Maria, do esforço para garantir os padrões de escolarização prévios que tornam competitiva a entrada no mercado. Nem, como no caso de Francisco, de minimizar as dificuldades desse ingresso, pondo-lhe à disposição a rede de contatos tecida pela família ao longo das várias gerações.

O caso de Júlio sugere que o elemento decisivo a partir do qual se constrói sua trajetória são as relações de autoridade, reciprocidade e comando, que dão sentido particular a seu cotidiano familiar. Isso nos permite entender sua trajetória não apenas como resultante de uma estabilização financeira do grupo doméstico, ou da prevalência de valores familiares que enfatizem a preparação técnico-profissional para a competição; uma e outros são certamente necessários. Havia, entretan-

to, no cotidiano de Júlio, uma ambiência paradoxalmente estimulante em sua instabilidade. Esta ambiência é repensada por Júlio em seu esforço por conferir *a posteriori* um sentido a sua própria trajetória.

Então ele [referindo-se ao pai] vivia quase como cigano, de galho em galho. Era realmente um exímio vendedor. Coisa assim que em parte a gente aprendeu muito com ele. Mas tinha um viciozinho, que era jogar. Jogar baralho [...] Dos irmãos todos, ele foi o que mais ganhou dinheiro e o que menos teve [...] porque enquanto ele trabalhava, ele não jogava; agora, quando ele começava a jogar, ele jogava até perder o último centavo. E aí ele sumia; ficava três, quatro meses fora de casa trabalhando. Só quando ele juntasse o outro dinheiro, que desse condição dele comprar um carro, um estabelecimento para trabalhar, aí ele partia daí para frente. E nesses espaços, era a gente que segurava a barra, né?

Júlio teve uma escolarização que, conquanto instável, foi regular. Ademais, sua militância estudantil e sindical deu-lhe acesso ao cotidiano da vida cultural da classe média. Esses são, sem dúvida, fatores decisivos na constituição do percurso de um dirigente, que requer a posse de recursos ideológicos capazes de construir um discurso político plausível e de grande penetração. Excepcionalmente, estes atributos se manifestam num trabalhador sem elevada escolaridade e vivência política e cultural diversificada. Todavia, a credibilidade do discurso da liderança demanda requisitos especiais, notadamente quando se trata de dirigir uma categoria jovem, com padrões de escolarização, de ganhos e de consumo muito superiores à média dos operários locais.

A recriação feita por Júlio acerca de sua própria trajetória destaca como ele desenvolveu, nesse ambiente doméstico, a atração que o jogo exercia sobre seu pai.

Por ser o mais velho, eu era o mais responsável: tinha que trabalhar para cuidar dos irmãos [...] Então isso foi ruim para minha formação escolar. Mas, por outro lado, contribuiu a nível de vivência com pessoas diferentes.

Papai, ainda dentro daquela mentalidade de fazendeiro muito rico [...], era aquele rico tradicional, né, que filho tinha que trabalhar.

À convivência reiterada com a perda da estabilidade financeira do grupo doméstico aliava-se a vivência da reconstrução e soerguimento da família, da qual participava, na condição de filho mais velho. Enfrentar o risco passou a ser, assim, para Júlio, um dado “da vida normal”, fazendo-o minimizar sua dramaticidade.

Esta convivência é hoje interpretada por Júlio como fundamental para sua trajetória, entremeada por freqüentes desafios: o desafio da mobilidade espacial e dos projetos culturais e profissionais sempre referidos a locais mais e mais longínquos (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e outros); o desafio de enfrentar as novas situações de vida impostas pela própria mobilidade, nas quais se modificavam e combinavam papéis diversos (animação cultural, estudo, trabalho fabril). Dando sentido a todos esses desafios estava a militância política: no mundo da cultura, no universo estudantil ou no cotidiano da fábrica.

O contexto familiar construíra as bases para a trajetória futura. Primeiramente, dando-lhe o substrato material do acesso regular à escola. Mas, certamente, predispondo-o ao gosto pelo risco, graças à experiência de uma socialização instável, que Júlio hoje reinterpreta de modo positivo, apresentando-a como uma capacidade de fazer face à insegurança.

Trabalhadores e líderes: os mecanismos da passagem e da diferença

As situações vividas por Maria, Francisco e Júlio, tanto quanto as trajetórias de Edilson, Paulo e Carlos, mostram como a experiência e as disposições adquiridas na família de origem mediatizam o curso dos destinos pessoais. Esta base familiar das experiências individuais supõe bem mais que a mera estabilidade financeira do grupo doméstico. Ela inclui o mundo cultural em que se movem esses trabalhadores, isto é, as crenças e valores partilhados e transmitidos às novas gerações,

além das formas particulares pelas quais eles são vivenciados nos ambientes familiares.

Vivência escolar e cultura da militância

No caso dos líderes, suas trajetórias ressaltam, ainda, o papel importante desempenhado pelo meio escolar. Para Maria e Júlio, a escola importa não apenas por seus efeitos na transmissão de conhecimentos técnicos e de atitudes ou comportamentos requeridos pela disciplina fabril. Ela importa, especialmente, pela convivência que possibilita entre indivíduos e tendências partidárias; por seu papel de caixa de ressonância dos conflitos e insatisfações sociais, notadamente numa conjuntura de forte repressão como a vivida pelos entrevistados durante sua formação escolar.

Entre 1964 e 1975, o movimento estudantil representou um dos principais condutos de expressão de insatisfações sociais. O discurso estudantil parecia, então, falar por e para toda a sociedade. O ativismo direto ou a convivência num ambiente em que o militante era fortemente valorizado por uma aura de representatividade e de heroísmo expunham os indivíduos a uma outra ordem de valores, distinta daquelas que haviam levado a família de origem a mantê-los na escola. Essas novas atitudes nutriam as disposições para a ação coletiva dos futuros trabalhadores, numa forma de socialização antecipada para o ativismo político.

Essa vivência torna-se particularmente importante para aqueles que, como Maria ou Júlio, puderam ter acesso a escolas nas quais a força do movimento estudantil punha na ordem do dia a contestação ao autoritarismo do regime militar.

A mediação da experiência escolar aparece de maneira ainda mais clara no percurso daqueles que se tornariam lideranças sindicais profissionais. Para Júlio, por exemplo, vimos que a opção por um proje-

to operário tem suas raízes não apenas no contexto familiar mas, igualmente, na militância estudantil e nas representações ali formadas. Se para a sociedade o militante estudantil era um “herói”, para o militante estudantil o verdadeiro herói era o operário. E não por acaso muitos estudantes decidiram vivenciar esse mito.

Já no caso dos três operários não militantes, pelo contrário, a experiência da escola secundária técnica ou é nula (caso de Edilson), ou inacabada e vivida em paralelo à carreira profissional (caso de Paulo), ou instrumentalmente concebida tendo a profissionalização como alvo (Carlos). Em qualquer instância, pouco espaço é deixado ao meio escolar como caldo de cultura dos valores da militância.

Novas famílias, novos universos

Um traço inerente à organização do mundo das lideranças é o efeito sobredeterminante da lógica da ação política, organizadora dos percursos. Ela condiciona tanto a vida no trabalho quanto a vida extra-fábrica e extra-sindical, particularmente a vida familiar e os contextos *presentes* de convivência.

Os casos estudados parecem sugerir que ativistas e dirigentes sindicais redefinem seu mercado matrimonial em virtude da redefinição de seus grupos de preferência, tornando-o muito mais amplo que o do trabalhador comum. Enquanto Carlos, Edilson e Paulo conheceram suas esposas no bairro em que residiam, Maria e Francisco, militantes, conheceram-se no sindicato. Neste último caso, se expressa o alargamento do raio de recrutamento dos parceiros. Já não é mais o bairro nem mesmo a fábrica, é no ativismo sindical que se constituiu o novo mercado matrimonial, abrindo novos espaços.

Normalmente a gente vem de uma família de gente com menos recursos. Então, *para você conhecer alguém que tenha mais ou menos o mesmo nível, só em sindicato, ou numa atividade assim* [...] Quando

eu morava na Fazenda Grande [bairro popular], no lugar que eu morava a rua era asfaltada e tudo o mais; mas, a maioria das pessoas em volta tinha uma renda que eu calculo abaixo de três salários mínimos. Então, no meu caso, eu era privilegiado: tinha carro, trabalhava no Pólo. Então, normalmente, se você arranjar uma garota num bairro desses, [...] então *you run the risk of marrying not only the woman, but the family too*. Eu tenho assim o exemplo de uma namorada que eu namorei por muito tempo. [Francisco; grifos nossos.]

No caso de Júlio, um militante cuja ação política o levou a se profissionalizar como dirigente, o mercado matrimonial é ainda mais amplo que o dos militantes sindicais de fábrica como Francisco e Maria. Ele formou novos grupos de referência – companheiros de outros sindicatos, colegas da universidade, dirigentes de partidos políticos, membros de grupos culturais etc., o que ampliou ainda mais seu mercado matrimonial. Sua primeira esposa não era nem operária, nem sequer sindicalista. Estudante, pós-graduanda, freqüentava a mesma universidade e circulava nos ambientes culturais comuns à esquerda intelectualizada. Sua segunda companheira é professora universitária.

Isto remete a uma outra característica do universo doméstico dos líderes. Suas companheiras são, em maior ou menor medida (por serem operárias e ativistas do sindicato, ou militantes em círculos mais amplos), mulheres com formação escolar elevada e, por vezes, bastante intelectualizadas. Os papéis femininos, nesses casos, passam a ser vistos, tanto pela mulher quanto por seu companheiro, de forma bastante diferente da que ambos experimentaram anteriormente. Isso se traduz na idealização do cotidiano familiar, fundada na equânime divisão das tarefas domésticas.

É especialmente elucidativo o contraponto entre o modelo de relações domésticas cultivado pelos assalariados sem acesso às representações e os discursos militantes. Os militantes sindicais se debatem, e se diferenciam, entre duas atitudes. Por um lado, uma lógica da honra (pela qual a esposa não deve trabalhar “na rua” quando não se faz necessário); nesta, por sua vez, se reproduz o receio (comum nos meios

populares) do estigma da pobreza associada ao insucesso masculino. Por outro lado, um discurso de solidariedade intrafamiliar (pelo qual à mulher cabe complementar a formação da renda familiar); este encontra sua razão de ser em projetos familiares centrados no êxito profissional do homem (Agier, 1992).

Por tudo isso, parece claro que entre os militantes sindicais, sejam eles meros ativistas de fábrica ou dirigentes, desenvolvem-se novos modelos de família. Estes se tornam mais contrastantes quando comparados com os que haviam caracterizado as famílias de socialização: contrariamente a seus pais, entre os militantes as proles são menos numerosas, cresce a inserção feminina no mercado de trabalho, além de serem nítidos os ganhos de escolaridade (especialmente entre as mulheres, mas também muito evidentes entre os descendentes), seja em termos de anos de estudo, seja, especialmente, em termos de qualidade da educação recebida. Mas, esses tipos de família mostram-se igualmente diferentes quando comparados com as famílias dos trabalhadores não engajados: a qualidade da formação escolar oferecida aos filhos e a natureza da ocupação das esposas são indicadores do novo universo cultural em que se desenvolve o cotidiano familiar dos líderes, resultando em expectativas de vida que diferenciam bastante seus padrões de consumo e gostos dos demais trabalhadores industriais, tendendo a aproximá-los dos padrões da classe média urbana.

Nesse contexto de modificação de sua identidade social, os líderes vivem tensões familiares e pessoais. Elas se apresentam sob a forma da competição entre uma pluralidade de papéis a desempenhar (papel de dirigente sindical, de estudante, de pai, de companheiro). Eles transparecem na fala seguinte, em que também se verbaliza uma vivência cotidiana que evidencia, no fundo e na forma, uma problemática existencial que dista bastante daquela de um simples operário petroquímico:

Você trabalhando três turnos, militando em sindicato e, no meu caso particular, ainda fazendo faculdade, você, por mais que se esforce, a parte mais sacrificada é a parte da família nuclear. Que às vezes você não vai

abrir mão de fazer uma prova para levar um filho que está doente no médico; e aí acaba sobrecarregando a mulher [...] E isso gerou sérios descontentamentos em casa. Eu tinha consciência do que isso tava causando [...] Mas, por outro lado, ficava difícil abdicar de uma parte do processo sindical. Até mesmo a racionalização disso era muito difícil; que para racionalizar isso eu tinha que abdicar: ou abdicar do trabalho sindical, né? Porque já no turno a questão da sobrevivência era impossível.

Quando eu fui refletir todo esse projeto que eu tanto tinha idealizado e que estava dançando, eu simplesmente, mais uma vez, racionalizei [...] Eu simplesmente somatizei e fiquei catorze dias com uma febre de 39° a 40,5°. Febre e dor de cabeça intermitente [Júlio].

Subordinada à lógica e às necessidades de uma trajetória politicamente orientada, a organização familiar e, nela, a divisão das tarefas e os papéis femininos estabelecem pontos de tensão e conflito que acabam por contrapor a vida doméstica – com sua rotina e demandas peculiares – à vida do ativismo político. A ordem familiar parece enfrentar o risco da desestabilização e da reprodução de padrões convencionais de divisão sexual das tarefas e de subordinação feminina.

Sonhos, projetos e práticas

Imersos nessas mudanças e conflitos de papéis, os dirigentes sindicais, paradoxalmente, parecem realizar – no plano individual e de um modo particular – o sonho de saída da condição operária, que perpassa todas as trajetórias que apresentamos.

No caso dos trabalhadores em geral, este sonho se apresenta de duas maneiras. Por um lado, a progressão na carreira e o sucesso profissional são as vias para alcançar a autonomia. Trata-se, então, de aprofundar a identificação profissional para ter a possibilidade de se liberar da sujeição típica da condição operária, encerrada no jogo de oposição entre a imagem do técnico e a do “peão” (trabalhador manual e dominado).

Por outro lado, o sonho é construído em torno do trabalho autônomo, que resultaria de uma possível acumulação salarial. Depois de mais

alguns anos, “dar o grito de liberdade”, sonho tanto mais presente nos discursos quanto menor sua chance de realização. De fato, os trabalhadores assalariados das novas indústrias de processo alcançaram um estilo de vida que dificilmente conseguiriam reproduzir enquanto trabalhadores independentes (seja como free-lancers da indústria, seja como autônomos em ocupações urbanas), mergulhados nas dificuldades e incertezas das relações não assalariadas em mercados locais instáveis.

No caso dos líderes sindicais, a reorganização política de sua trajetória torna, paradoxalmente, essa utopia de saída da condição operária um pouco mais verdadeira. Seus novos círculos sociais, familiares e culturais, tanto quanto suas modalidades de trabalho, consumo, lazer e vida intelectual, afastam-se progressivamente da vida operária. A militância profissional acaba por reorganizar seu espaço social e suas ambições pessoais de vida. E, ao fazê-lo, os líderes do sindicalismo operário se encontram numa posição ambígua: são eles, no momento presente de sua trajetória, os operários que almejam representar? O que prevalece entre eles: uma identidade social ou uma identidade política?

Para alguns desses líderes, a identidade política fundada num projeto socialista parece ser prioritária. Sendo a militância política o princípio definidor de sua identidade, ela pode materializar-se nas mais diferentes posições de classe ou situações ocupacionais: como operários, estudantes etc. A condição operária e a identificação com esta condição tornam-se o meio pelo qual é exercida uma identidade mais forte, que se projeta para o futuro – a identidade política.

Todavia, se todos alimentam a utopia de superar a condição operária – seja como trabalhador autônomo, como profissional exitoso na hierarquia fabril ou mesmo como dirigente da transformação das estruturas sociais –, esta utopia é tornada real entre os militantes pelo alargamento de seu universo sociocultural e pela referência a um discurso político que explica o mundo presente e acena para um projeto do futuro.

Nesse caso, a diferença e o poder dos líderes, em face do conjunto dos trabalhadores, não resultarão antes de seu exemplo que de seu discurso? Seu modelo de trajetória, aqui reconstruído, é o da formação (pelas mediações familiares, escolares e políticas) de sujeitos que intervêm em seu destino pessoal tanto quanto no de outros. É a partir de trajetórias valorizadas na nova coletividade industrial que nascem esses líderes. Para compreender a capacidade desse conjunto de trabalhadores de existir como uma nova classe social – com um papel político e ideológico localmente reconhecido – cabe, então, restabelecer o significado explicativo dos saberes, histórias e mutações pessoais daqueles que falam em seu nome e os orientam.

Nota

- 1 De fato, a curta experiência de trabalho e de convivência fabril é uma das principais características desses trabalhadores. Isso se espelha nas trajetórias, igualmente curtas, que figuram como inacabadas. São trajetórias “em processo”, projetadas para o futuro. Sobre as diferenças generacionais e a importância dessa nova geração de assalariados, ver Agier, 1990.

Bibliografia

AGIER, Michel.

- 1989 “Lógica da diferenciação social. Nota sobre as trajetórias profissionais no novo operariado baiano”. In *Caderno CRH*, 12, Salvador, CRH/UFBa e Editora Fator, pp. 97-109.

AGIER, Michel.

- 1992 “L’emprise urbaine – Famille, familialisme et modernité à Bahia (Brésil)”. In *Cahiers des Sciences Humaines*, Orstom, XXVIII, nº 2-3.

ALMEIDA, Jessy.

1988 *Industrialização e educação – o caso de Camaçari*. Dissertação de mestrado de Educação da UFBA, Salvador, UFBA.

BARROS, Maria Leda.

1984 *Escolaridade e emprego na Bahia*. Dissertação de Mestrado de Educação da UFBA, Salvador, UFBA.

CASTRO, Nadya Araújo.

1990 “Operários em construção: a formação da classe operária na fronteira do moderno capitalismo industrial brasileiro”. In LARANJEIRA, Sonia (org.): *Classes e Movimentos Sociais*, São Paulo, Hucitec, pp. 128-57.

1991 “Sindicalismo metalúrgico: mesmas cenas em outros cenários”. In *Caderno CRH*, 14, Salvador, CRH/UFBA e Editora Fator, pp. 73-95.

FONSECA, Claudia.

1985 “Valeur marchande, amour maternel et survie: aspects de la circulation des enfants dans un bidonville brésilien”. In *Annales E.S.C.*, pp. 991-1022.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio e AGIER, Michel.

1989 “Identidades em conflito: técnicos e peões na petroquímica da Bahia”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Anpocs, v. 5, nº 13, pp. 51-68.

_____ e CASTRO, Nadya Araújo.

1988 “Espaços regionais de construção da identidade: a classe trabalhadora no Brasil pós-77”. In *Ciências Sociais Hoje: 1988*, São Paulo, Anpocs/Vértice, pp. 13-49.

1990 “Classes, regimes fabris e mudança social no Nordeste”. In VALADARES, Lícia; PRETECEILLE, Edmond (orgs.): *Re-*

estruturação urbana: tendências e desafios, Rio de Janeiro, IUPERJ/Ed. Nobel.

JELIN, Elisabeth.

1974 “Secuencias ocupacionales y cambio estructural: historias de trabajadores por cuenta propia”. In BALAN, Jorge (org.): *Las historias de vida en ciencias sociales*, Buenos Aires, Nueva Visión.

1976 “El tiempo biografico y el cambio historico: reflexiones sobre el uso de historias de vida a partir de la experiencia de Monterrey”. In *Estudios Sociales*, nº 1, Buenos Aires, CEDES.

OLIVEIRA, Francisco de.

1987 *O elo perdido – classe e identidade de classe*, São Paulo, Brasiliense.

ABSTRACT: The authors discuss the life histories of some petroleum and petrochemical workers in Bahia, Brazil. They selected workers with different professional status and with different relation to the labor movement, and reconstructed their family, professional and residential trajectories. The analysis is focused on three main questions: (i) how personal trajectories evolve in contexts of intense social mobility; (ii) which are the different ways of entering the industrial world; and (iii) which of their personal dispositions can explain their choice of an individual or a collective project as they organize their life trajectories.

KEY-WORDS: worker, industrial labour, social trajectories, family.

Recebido para publicação em junho de 1993.